

20. Patrimônio líquido: (a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 137.151, dividido em 109.721.155 (cento e nove milhões, setecentos e vinte e um mil, cento e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 27.430.289 (vinte e sete milhões, quatrocentos e trinta mil, duzentos e oitenta e nove) ações preferenciais, sendo todas nominativas e sem valor nominal.

(b) Política de distribuição de lucros - Do lucro líquido do exercício, serão deduzidas as reservas exigidas por lei e outras determinadas por sócios que representem a maioria do capital social, devendo o saldo remanescente ter o destino que os sócios, pelo mesmo quórum, determinarem. Contudo, conforme estabelecido no contrato de emissão das debêntures, a Companhia não pode realizar a distribuição de dividendos até a liquidação total da operação. Por esse motivo, não há registro de proposta de distribuição. **(c) Reservas** - Do resultado do exercício apurado na forma da legislação em vigor, serão deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. Do saldo remanescente, configurará o lucro líquido do exercício que terá as seguintes destinações: 1. 5% para constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, ficando dispensada a destinação de lucro para esta reserva quando o seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social; 2. Formação de reserva para contingências, caso haja necessidade, por proposta dos Administradores e aprovado em Assembleia Geral; 3. Constituição de reserva de lucros a realizar, se for o caso, na forma prevista da Lei; 4. A Assembleia Geral decidirá o destino do lucro líquido remanescente do exercício, nos termos da Lei.

21. Receita líquida

	2022	2021
Receitas		
Receitas de obras de infraestrutura (a)	1.537.712	726.366
Receitas de pedágio (b)	106.827	90.586
Receitas acessórias (c)	3.302	3.017
	1.647.841	819.969
Deduções		
ISS	(5.340)	(4.601)
PIS	(10.300)	(5.169)
COFINS	(47.541)	(23.856)
Outras deduções	(3.304)	(2.808)
	(66.485)	(36.434)
	1.581.356	783.535

(a) A Companhia reconheceu, no exercício, o montante de R\$ 1.537.712 (de R\$ 726.366 em 31 de dezembro de 2021) como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, conforme contrato de concessão vigente. (b) Refere-se a receita com atividade principal da Companhia. (c) A Companhia também reconheceu receitas acessórias, que correspondem a receitas oriundas de atividades extras ocorridas na rodovia. A seguir está demonstrada a composição do PIS e da COFINS, do quadro acima:

	2022	2021
PIS		
Sobre receitas de pedágios e acessórias	(657)	(579)
Sobre obras de infraestrutura	(9.642)	(4.590)
	(10.299)	(5.169)

	2022	2021
COFINS		
Sobre receitas de pedágios e acessórias	(3.036)	(2.672)
Sobre obras de infraestrutura	(44.505)	(21.184)
	(47.541)	(23.856)
	(57.840)	(29.025)

22. Custos: O montante de R\$ 1.537.712 (R\$ 726.366 em 31 de dezembro de 2021), refere-se aos custos de obras de infraestrutura reconhecidos tomando-se por base as orientações contidas na interpretação técnica ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão. A seguir está demonstrada a conciliação entre os custos de obras de infraestrutura citado acima e o valor reconhecido nas receitas de obras de infraestrutura do exercício, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 21:

	2022	2021	
Receitas de obras de infraestrutura			
- Nota 21	1.537.712	726.366	
Margem de lucro	(9.771)	(31.170)	
Receitas, líquidas de margem, de obras de infraestrutura	1.527.941	695.196	
Deduções			
PIS sobre obras de infraestrutura	- Nota 21	(9.641)	(4.590)
COFINS sobre obras de infraestrutura	- Nota 21	(44.504)	(21.184)
		(54.145)	(25.774)
Custo de obras de infraestrutura	1.473.796	669.422	

Os custos de obra são representados basicamente pelos custos incorridos pelas empreiteiras contratadas para a execução das obras de infraestrutura. A Companhia manteve custos incorridos no montante de R\$ 1.327.844 (R\$ 566.742 em 2021) referente a custos de obras com partes relacionadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 27. **23. Despesas Administrativas:** As despesas administrativas referem-se aos gastos com o pessoal, serviços tomados, materiais de uso e consumo, gastos gerais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

	2022	2021
Salários e remunerações	24.784	26.308
Prestadores de serviços	19.591	16.934
Material equipamento e veículos (consumo)	6.780	4.099
Gastos gerais	6.890	3.344
Seguros	832	683
Provisões	2.707	-
Outros resultados operacionais	-	(20)
	61.584	51.348

24. Resultado financeiro

	2022	2021
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	27.419	4.350
Juros ativos	113	7
Descontos obtidos	2.965	2.789
Varição cambial ativa	402	51
	30.899	7.197
Despesas financeiras		
IOF	1.490	97
Juros de financiamento em moeda nacional	6.427	4.105
Juros sobre atraso de pagamento	59	4
Despesas bancárias	4.715	198

	2022	2021
Descontos concedidos	(25)	-
CIDE	45	-
IR sobre remessa exterior	75	-
ISS sobre remessa exterior	12	-
PIS e COFINS sobre remessa exterior	46	-
Varições cambiais sobre fornec externos	149	(31)
PIS sobre receita financeira	201	119
COFINS sobre receita financeira	1.232	213
Transferências despesas financeiras	(3.198)	(117)
	11.228	4.588

25. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	2022	2021
a) Diferido		
CSLL diferido – ICPC 01	282	2.805
IRPJ diferido – ICPC 01	782	7.793
Contribuição social diferido	3.211	(2.654)
Imposto de renda diferido	8.789	(7.288)
	13.064	656
b) Corrente		
Contribuição social corrente	1.997	1.263
Imposto de renda corrente	5.226	3.400
	7.223	4.663

c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social - Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2022	2021
Resultado líquido	24.780	15.714
(+) Adições	42.093	47.531
(-) Exclusões	(35.170)	(43.198)
LALUR	31.703	20.047
Compensação de 30% sobre lucro	(9.511)	(6.014)
IR + Adicional	22.192	3.484
(-) PAT + doações incentivadas	(251)	(84)
Total IRPJ	5.226	3.400
Total CSLL	1.997	1.263

26. Gestão de risco financeiro: a) Considerações gerais

- As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do Grupo. As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. **b) Gerenciamentos de riscos** - A Companhia está exposta: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e outras contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e

o patrimônio. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados e contratados.

	2022	2021
Objeto		
Veicular I (Concessionária)	6.224	6.987
Veicular II (Concessionária)	67.986	33.353.115
Risco Contornos (Concessionária)	1.708.480	206.014
Risco Contornos (Concessionária)	1.708.480	206.014
Responsabilidade Civil (Concessionária)	491.711	206.014
Responsabilidade Empresarial (Concessionária)	354.354	491.711
Garantia Fiança (Concessionária)	36.634	36.634
Risco Engenharia (Obra de ampliação principal)	12.337	12.337
	36.243.843	36.243.843

c) Risco de crédito - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício. **d) Gestão de capital** - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

	2022	2021
27. Operações com partes relacionadas: Partes relacionadas Custo com construção		
Álva Construtora	252.494	460.610
Engeteck	1.075.350	106.132
	1.327.844	566.742

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia - A Companhia não possui Conselho de Administração, sendo a administração da Companhia exercida pela Diretoria. A Diretoria foi eleita em Assembleia Geral Extraordinária em 07/11/2022. Os diretores são todos empregados da Companhia e suas remunerações se baseiam em contratos de trabalho, regido pelas regras da CLT.

28. Resultado por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	4.493	10.395
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	137.151.444	137.151.444
Lucro básico por ação - R\$	0,03	0,08

29. Seguros: A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. A Companhia mantém seguros de risco nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguro garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Modalidade	Vigência	Cobertura
Veicular I (Concessionária)	mar/23	6.224
Veicular II (Concessionária)	fev/23	6.987
Risco Contornos (Concessionária)	nov/23	67.986
Risco Contornos (Concessionária)	nov/24	33.353.115
Risco Contornos (Concessionária)	nov/23	1.708.480
Responsabilidade Civil (Concessionária)	mar/23	206.014
Responsabilidade Empresarial (Concessionária)	abr/23	491.711
Responsabilidade Empresarial (Concessionária)	ago/23	354.354
Garantia Fiança (Concessionária)	nov/23	36.634
Risco Engenharia (Obra de ampliação principal)	Aprop. jan/23	12.337

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia. **30. Eventos subsequentes:** No dia 17 de fevereiro de 2023 por intermédio da assinatura dos Termos Aditivos Modificativos nº 009 e 010, foram transferidos ao escopo da Concessionária as obrigações contratuais originalmente atribuídas ao Poder Concedente de execução das obras de Automação dos Contornos Viários de Caraguatuba e São Sebastião e Obras dos Passivos do Planalto – Fase 1. O prazo de conclusão das obras são para o segundo semestre de 2024. O valor total dos Aportes a serem desembolsados pelo Poder Concedente para execução da obra é de R\$ 1.117.766 para Automação dos Contornos e R\$ 328.416 para obra dos Passivos do Planalto – Fase 1.

Leonardo Arimá Tavares de Melo Carneiro de Albuquerque
Diretor
Contadora
Diana de Oliveira - CRC-1SP 288632

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Concessionária Rodovia dos Tamoiós S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis Concessionária Rodovia dos Tamoiós S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Rodovia dos Tamoiós S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria

das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro,

planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa

opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda
CRC SP-025.583/O
Marcio Romulo Pereira
Contador CRC 1RJ- 076774-O - 7